CLWP Brasil Participações S.A.

Demonstrações Contábeis
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
CLWP Brasil Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CLWP Brasil Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CLWP Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 24 de abril de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório da Administração e
Demonstrações Contábeis dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

CNPJ n° 15.512.172/0001-11
NIRE n° 42 2 0522710-9
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Brasil Participações S.A. ("CLWP Brasil" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar o Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I, com potência instalada de 326,7 MW e garantia física de 169,6 MW médios. O Conjunto está localizado entre os municípios de Umburanas e Santo Sé, Estado da Bahia, e é composto por 11 Centrais Eólicas (Centrais).

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado nas Centrais.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a EBE é uma operadora de infraestruturas em energia, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading*, transmissão de energia e transporte de gás.

3. Ambiente Macroeconômico

Ao longo de 2019, a economia brasileira deu alguns sinais de retomada do crescimento, ainda que em ritmo mais lento que o esperado. Em dezembro de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou incremento de 1,1%, mesmo índice apresentado em 2018.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2019 em 4,31%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa segue acima do centro meta de 4,25%, porém dentro do limite de variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2018, o IPCA foi 3,75%.

A taxa básica de juros (SELIC) chegou ao final do ano em seu menor patamar histórico: 4,5% a.a, enquanto o dólar (Ptax) fechou o ano cotado a R$ 4,03 – 4,0% de valorização quando comparado a 2018.

4. Desempenho Operacional

Em 2019, a geração total bruta do Conjunto alcançou 1.389,5 GWh. Importante salientar que o Conjunto passou a operar gradualmente durante o segundo semestre do ano de 2018, ano no qual a geração atingida foi de 348,8 GWh.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido em 2019 foi de 92,7%, 8,7 p.p. superior ao verificado em 2018, que foi de 84,0%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2019 foi de 92,0%, 9,0 p.p. acima da registrada em 2018, que foi de 83,0%.

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

	Consolidado		
Indicadores de resultado	**2019**	**2018**	**Variação %**
Receita operacional líquida	245.889	117.766	108,8
Lucro bruto	120.556	82.928	45,4
Margem bruta	49,0%	70,4%	(21,4 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	119.114	81.635	45,9
Ebitda (Lajida)	189.089	99.921	89,2
Margem Ebitda (Lajida)	76,9%	84,8%	(7,9 p.p.)
Resultado financeiro	(75.176)	(12.138)	519,3
Lucro líquido do exercício	43.913	53.590	(18,1)

b) Comentário sobre as principais variações

O acréscimo da receita operacional líquida e do Ebitda decorre, substancialmente, da entrada em operação comercial durante o segundo semestre de 2018. Por outro lado, a redução no lucro líquido do exercício está relacionada com o aumento das despesas financeiras em função da liberação dos saques de financiamentos junto ao BNDES entre abril de 2018 e outubro de 2019.

5. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

6. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2019.

7. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2019.

A Administração

CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ N° 15.512.172/0001-11 | NIRE N° 42 2 0522710-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.024	5.736	165.717	299.046
Contas a receber de clientes	5	-	-	45.153	67.155
Dividendos a receber		8.823	4.795	-	-
Adiantamentos a fornecedores	12	-	-	-	305
Outros ativos circulantes		353	969	20.883	11.642
		10.200	**11.500**	**231.753**	**378.148**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Depósitos vinculados	6	-	-	42.539	-
Adiantamentos a fornecedores	12	-	-	-	18.317
Outros ativos não circulantes		174	180	581	11.554
		174	**180**	**43.120**	**29.871**
Investimentos	**7**	**974.777**	**1.265.811**	**-**	**-**
Imobilizado	**8**	**-**	**-**	**1.859.117**	**1.851.529**
Intangível		**-**	**-**	**414**	**500**
Direito de uso de arrendamentos	**12**	**-**	**-**	**38.824**	**-**
		974.951	**1.265.991**	**1.941.475**	**1.881.900**
TOTAL		**985.151**	**1.277.491**	**2.173.228**	**2.260.048**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ N° 15.512.172/0001-11 | NIRE N° 42 2 0522710-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	60	491	47.942	90.287
Dividendos	13	9.013	4.839	9.013	4.839
Financiamentos	11	-	-	70.994	30.390
Arrendamentos a pagar	12	-	-	3.780	-
Ressarcimentos às distribuidoras	14	-	-	1.673	-
Outros passivos circulantes		5	68	1.249	14.354
		9.078	**5.398**	**134.651**	**139.870**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	11	-	-	981.099	848.085
Arrendamentos a pagar	12	-	-	17.568	-
Provisão para desmobilização	7	-	-	56.962	-
Ressarcimentos às distribuidoras	14	-	-	6.875	-
		-	**-**	**1.062.504**	**848.085**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**13**				
Capital social		890.240	1.225.999	890.240	1.225.999
Reservas de lucros		85.833	46.094	85.833	46.094
		976.073	**1.272.093**	**976.073**	**1.272.093**
TOTAL		**985.151**	**1.277.491**	**2.173.228**	**2.260.048**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ N° 15.512.172/0001-11 | NIRE N° 42 2 0522710-9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	**-**	**-**	**245.889**	**117.766**
Custos da energia vendida					
Depreciação e amortização	8/12	-	-	(69.990)	(18.286)
Transações no mercado de energia de curto prazo		-	-	(13.141)	(7.447)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		-	-	(14.341)	(6.208)
Serviços de terceiros		-	-	(14.682)	-
Outros		-	-	(13.179)	(2.897)
		-	**-**	**(125.333)**	**(34.838)**
LUCRO BRUTO		**-**	**-**	**120.556**	**82.928**
Despesas operacionais					
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(42)	(56)	(1.442)	(1.293)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	7	43.913	53.542	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**43.871**	**53.486**	**119.114**	**81.635**
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras e depósitos vinculados		101	199	13.551	8.035
Juros e variação monetária sobre financiamento	11	-	-	(84.817)	(20.224)
Juros sobre arrendamentos a pagar, líquidos de PIS e Cofins	12	-	-	(3.905)	-
Outras (despesas) receitas financeiras, líquidas		(34)	(46)	(5)	51
		67	**153**	**(75.176)**	**(12.138)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**43.938**	**53.639**	**43.938**	**69.497**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	15	(25)	(49)	(25)	(15.907)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**43.913**	**53.590**	**43.913**	**53.590**
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**0,04**	**0,06**	**0,04**	**0,06**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**43.913**	**53.590**	**43.913**	**53.590**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**43.913**	**53.590**	**43.913**	**53.590**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ N° 15.512.172/0001-11 | NIRE N° 42 2 0522710-9

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

			Reserva de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2017		**684.201**	**-**	**-**	**(2.657)**	**681.544**
Aumento de capital		641.798	-	-	-	641.798
Redução de capital		(100.000)	-	-	-	(100.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	53.590	53.590
Destinação proposta à AGO:						
- Reserva legal		-	2.547	-	(2.547)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(4.839)	(4.839)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	43.547	(43.547)	-
Saldos em 31.12.2018	**13**	**1.225.999**	**2.547**	**43.547**	**-**	**1.272.093**
Aumento de capital		22.740	-	-	-	22.740
Redução de capital		(358.499)	-	-	-	(358.499)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	43.913	43.913
Destinação proposta à AGO:						
- Reserva legal		-	2.195	-	(2.195)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(4.174)	(4.174)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	37.544	(37.544)	-
Saldos em 31.12.2019	**13**	**890.240**	**4.742**	**81.091**	**-**	**976.073**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ N° 15.512.172/0001-11 | NIRE N° 42 2 0522710-9

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos	43.938	53.639	43.938	69.497
Conciliação do lucro:				
Resultado de participações societárias	(43.913)	(53.542)	-	-
Depreciação	-	-	69.990	18.286
Juros e variação monetária sobre financiamentos	-	-	84.817	20.224
Juros sobre arrendamentos	-	-	3.905	-
Outros	31	17	(2.117)	(371)
Lucro antes dos tributos ajustado	**56**	**114**	**200.533**	**107.636**
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	21.913	(66.650)
Outros ativos	598	2.766	2.233	(15.701)
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	(431)	385	26.597	3.042
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	8.548	-
Outros passivos	(88)	(95)	(1.966)	2.214
Caixa gerado nas operações	**135**	**3.170**	**257.858**	**30.541**
Pagamentos de juros sobre financiamentos	-	-	(41.408)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(7)	(20)	(8.641)	(6.098)
Caixa líquido das atividades operacionais	**128**	**3.150**	**207.809**	**24.443**
Atividades de investimento				
Aumento de capital em controladas	(27.580)	(644.171)	-	-
Redução de capital em controladas	358.499	100.000	-	-
Aplicação no imobilizado e intangível	-	-	(91.241)	(1.125.148)
Outros	-	49	-	(8)
Caixa líquido das atividades de investimento	**330.919**	**(544.122)**	**(91.241)**	**(1.125.156)**
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	22.740	641.798	22.740	641.798
Redução de capital	(358.499)	(100.000)	(358.499)	(100.000)
Captação de financiamentos	-	-	164.750	851.970
Pagamento de financiamentos	-	-	(34.541)	-
Pagamento de arrendamentos	-	-	(3.645)	-
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	(40.702)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(335.759)**	**541.798**	**(249.897)**	**1.393.768**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(4.712)**	**826**	**(133.329)**	**293.055**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	5.736	4.910	299.046	5.991
Saldo final	1.024	5.736	165.717	299.046
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(4.712)**	**826**	**(133.329)**	**293.055**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa				
Provisão para desmobilização	-	-	56.962	-
Adoção inicial – IFRS 16/CPC 06 (R2)	-	-	21.088	-
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(23)	-	(580)	1.783
Fornecedores de ativos imobilizado	-	-	(53.555)	90.300
Estimativa para desembolsos futuros no imobilizado	-	-	-	3.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ N° 15.512.172/0001-11 | NIRE N° 42 2 0522710-9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Brasil Participações S.A. ("Companhia" ou "CLWP Brasil"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 10.05.2012, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a participação em outras Companhias, sejam simples ou empresárias, como sócia, acionista ou em consórcios

Atualmente a CLWP é controladora das seguintes empresas, as quais compõem o Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I:

Empresa	Parques eólicos	Capacidade Instalada (MW)	Participação no capital integralizado e votante (%)	
			31.12.2019	31.12.2018
CLWP Eólica Parque I S.A.	CLWP I	29,7	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque II S.A.	CLWP II	29,7	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque III S.A.	CLWP III	29,7	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque IV S.A.	CLWP IV	29,7	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque V S.A.	CLWP V	29,7	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque VI S.A.	CLWP VI	29,7	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque VII S.A.	CLWP VII	29,7	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XV S.A.	CLWP XV	29,7	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XVI S.A.	CLWP XVI	29,7	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XVIII S.A.	CLWP XVIII	29,7	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XXI S.A.	CLWP XXI	29,7	99,99	99,99

No ano de 2018, entraram em operação comercial os 11 parques eólicos pertencentes ao Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I, com capacidade instalada total de 326,7 MW e garantia física de 169,6 MW médios.

A CLWP não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia").

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 24.04.2020.

Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da CLWP e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, no período em que o imobilizado estava em construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

d) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

e) Direito de uso de arrendamento

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

f) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

h) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

j) Transações entre partes relacionadas

As transações de venda de energia e de contratação de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

k) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

l) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas: (i) à vida útil do imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamento.

m) Novas normas, alterações e interpretações

A partir de 01.01.2019, estão vigentes as seguintes normas e alterações: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19); (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9); (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC n° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, exceto pelas alterações no CPC 06 (R2), cujos impactos estão apresentados abaixo.

m.1) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16)

As alterações no CPC 06 (R2) introduziram exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma alterada estabelece que os arrendatários devem reconhecer o passivo decorrente dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo arrendado.

A definição de arrendamento abrange todos os contratos que conferem direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços.

A Companhia realizou a análise de seus contratos e identificou como escopo da norma os contratos de arrendamento das áreas onde os parques eólicos de suas controladas estão instalados. A partir de 01.01.2019, tais contratos de arrendamento foram reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo de arrendamento.

Conforme previsto no pronunciamento, a Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos do ano anterior à primeira adoção (01.01.2019). Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, acrescidos dos pagamentos antecipados realizados até a data de adoção do CPC 06 (R2).

Como resultado da adoção das novas regras, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso de R$ 39.710, em 01.01.2019 e passivos de arrendamentos a pagar no montante de R$ 21.088. Mais detalhes são apresentados na Nota 12 – Operações de arrendamento.

A apuração desses valores considerou a utilização de julgamentos e estimativas, tais como a definição das taxas de desconto e outros aspectos que necessitaram de avaliação para a mensuração.

n) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas ou alteradas emitidas e que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são: (i) Revisão anual do CPC n° 14/2019; (ii) Alterações no CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro; e (iii) IFRS 17 – Contratos de seguro. A Companhia não estima impactos em suas demonstrações financeiras decorrente da adoção destas normas e interpretações novas ou alteradas.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e depósitos bancários à vista	18	60	8.794	38.206
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	1.006	5.676	156.923	260.840
	1.024	**5.736**	**165.717**	**299.046**

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Distribuidoras	19.575	-
Transações realizadas na CCEE[1]	12.565	28.678
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. (“ECV”)	12.067	11.875
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (“EBC”)	946	26.602
	45.153	**67.155**

A Companhia, por intermédio de controladas, comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), em leilão A-5, de 28.11.2014, pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão, em 31.12.2019, é de R$ 2.419.404.

[1] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 31.12.2019, o montante de R$ 1.850 mil estava vencido há mais de 30 dias. Em 31.12.2018, não havia saldos vencidos.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2019, no consolidado, a Companhia mantinha R$ 42.539 relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7 - INVESTIMENTOS

a) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora					
	Saldos em 31.12.2018	Aumento de capital	Redução de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2019
CLWP I	127.531	-	(44.863)	(413)	4.334	86.589
CLWP II	84.774	26.000	(34.217)	(366)	5.396	81.587
CLWP III	117.765	-	(29.437)	(299)	3.141	91.170
CLWP VI	108.831	-	(16.004)	(572)	6.009	98.264
CLWP V	106.134	-	(22.351)	(234)	2.460	86.009
CLWP VI	104.763	-	(21.552)	(206)	2.161	85.166
CLWP VII	159.784	-	(69.132)	(798)	8.403	98.257
CLWP XV	96.209	1.580	(17.015)	(365)	3.845	84.254
CLWP XVI	140.700	-	(59.376)	(424)	4.461	85.361
CLWP XVIII	99.142	-	(12.211)	(316)	3.332	89.947
CLWP XXI	120.178	-	(32.341)	(35)	371	88.173
	1.265.811	**27.580**	**(358.499)**	**(4.028)**	**43.913**	**974.777**

	Controladora					
	Saldos em 31.12.2017 (Não auditado)	Aumento de capital	Redução de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2018
CLWP I	63.898	74.658	(16.000)	(473)	5.448	127.531
CLWP II	59.054	26.818	-	-	(1.098)	84.774
CLWP III	54.011	85.573	(29.000)	(712)	7.893	117.765
CLWP VI	64.435	74.173	(38.000)	(818)	9.041	108.831
CLWP V	62.992	40.713	-	(212)	2.641	106.134
CLWP VI	64.116	38.988	-	(129)	1.788	104.763
CLWP VII	101.139	46.063	-	(1.276)	13.858	159.784
CLWP XV	61.636	33.488	-	(72)	1.157	96.209
CLWP XVI	54.249	83.823	(3.000)	(547)	6.175	140.700
CLWP XVIII	39.448	57.163	-	(223)	2.754	99.142
CLWP XXI	47.915	82.711	(14.000)	(333)	3.885	120.178
	672.893	**644.171**	**(100.000)**	**(4.795)**	**53.542**	**1.265.811**

b) Informações das principais subsidiárias, relativas ao exercício findo em 31.12.2019

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido	Participação (%)
CLWP I	78.163	197.242	110.653	86.589	22.169	4.334	99,99
CLWP II	78.100	192.285	110.698	81.587	22.202	5.396	99,99
CLWP III	81.543	200.424	109.254	91.170	23.400	3.141	99,99
CLWP IV	85.034	203.402	105.138	98.264	26.634	6.009	99,99
CLWP V	81.774	191.948	105.939	86.009	19.750	2.460	99,99
CLWP VI	81.980	191.051	105.885	85.166	19.757	2.161	99,99
CLWP VII	78.499	217.617	119.360	98.257	30.883	8.403	99,99
CLWP XV	80.092	193.328	109.074	84.254	21.338	3.845	99,99
CLWP XVI	76.113	197.979	112.618	85.361	21.989	4.461	99,99
CLWP XVIII	84.803	193.515	103.568	89.947	21.196	3.332	99,99
CLWP XXI	84.660	195.136	106.963	88.173	17.360	371	99,99

As empresas controladas da Companhia têm como objetivo desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar os parques eólicos, bem como comercializar energia elétrica, localizados nos municípios de Sento Sé e Umburanas, estado da Bahia.

Em leilão promovido pela Aneel em novembro de 2014, a CLWP Brasil e suas controladas comercializaram 82,6 MW médios, pelo prazo de 20 anos, a partir de 01.01.2019, por meio de seis parques eólicos, com capacidade instalada total de 178,2 MW. Os outros cinco parques eólicos do Conjunto, com capacidade instalada total de 148,5 MW atendem ao mercado livre.

NOTA 8 - IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado				
		31.12.2019			31.12.2018
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	2,7%	72.904	(3.302)	69.602	72.635
Máquinas e equipamentos	4,0%	1.873.479	(84.089)	1.789.390	1.778.831
		1.946.383	**(87.391)**	**1.858.992**	**1.851.466**
Em curso		**125**	**-**	**125**	**63**
		1.946.508	**(87.391)**	**1.859.117**	**1.851.529**

b) Mutação

	Consolidado			
	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2017	**-**	**-**	**655.708**	**655.708**
Ingressos	-	-	1.207.826	1.207.826
Juros e V.M. capitalizados	-	-	6.281	6.281
Transferências	73.477	1.796.275	(1.869.752)	-
Depreciação	(842)	(17.444)	-	(18.286)
Saldos em 31.12.2018	**72.635**	**1.778.831**	**63**	**1.851.529**
Ingressos	-	-	19.730	19.730
Ingresso - Provisão para desmobilização	-	-	56.962	56.962
Transferências	(544)	77.174	(76.630)	-
Depreciação	(2.489)	(66.615)	-	(69.104)
Saldos em 31.12.2019	**69.602**	**1.789.390**	**125**	**1.859.117**

a.1) Ingresso - Provisão para desmobilização

A Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final dos prazos de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

NOTA 9 - FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedor de imobilizado	-	-	32.025	85.580
Fornecedores de materiais e serviços	60	491	14.081	3.409
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	1.381	1.298
Energia elétrica comprada	-	-	455	-
	60	**491**	**47.942**	**90.287**

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia S.A., sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP, em decorrência do financiamento contratado em 2018.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2020 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação das taxas de juros e índices	Variação 2019	Cenário Provável 2020	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25% (*)	Δ + 50% (*)
TJLP	6,2%	5,57%	-0,6 p.p.	1,4 p.p.	2,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2020.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2019 e os previstos no cenário provável para 2020, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável para 2020. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido consolidados de 2020, em comparação com o ano de 2019, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2019	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos				
TJLP	1.052.093	6.323	(14.249)	(28.909)

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação e IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia firmou contrato com a parte relacionada ECV, vigente até dezembro de 2036, mitigando o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2019, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

a) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	1.006	5.676	156.923	260.840
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	18	60	8.794	38.206
Contas a receber de clientes	-	-	45.153	67.155
Depósitos vinculados	-	-	42.539	-
	1.024	**5.736**	**253.409**	**366.201**
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	60	491	47.942	90.287
Financiamento	-	-	1.052.093	878.475
	60	**491**	**1.100.035**	**968.762**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11 - FINANCIAMENTO

Em abril de 2018, a Companhia, por meio de suas controladas, contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$ 1.039.100. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção dos parques eólicos. Em outubro de 2019, foi efetuado o último saque do montante financiado.

a) Mutação

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Captação de financiamento	10.068	841.902	851.970
Juros e variação monetária (V.M.)	2.938	17.286	20.224
Juros e V.M. capitalizados	6.281	-	6.281
Transferências	11.103	(11.103)	-
Saldos em 31.12.2018	**30.390**	**848.085**	**878.475**
Captação de financiamento	8.715	156.035	164.750
Juros e V.M.	81.998	2.819	84.817
Transferências	25.840	(25.840)	-
Amortização de principal	(34.541)	-	(34.541)
Amortização de juros	(41.408)	-	(41.408)
Saldos em 31.12.2019	**70.994**	**981.099**	**1.052.093**

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

	31.12.2019
2021	67.663
2022	67.663
2023	67.663
2024	67.663
2025 a 2029	338.313
2030 a 2035	372.134
	981.099

c) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
Bancos	**Encargos**	**Vencimento**	**Principal e encargos**	**Saldo 31.12.2019**
BNDES	TJLP + 1,82% a.a.	06.2035	Mensais, a partir de julho de 2019	566.074
BNDES	TJLP + 2,52% a.a.	06.2035	Mensais, a partir de julho de 2019	486.019

O montante correspondente a parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social das controladas; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da Companhia e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais *(covenants)*

A partir do exercício fiscal de 2020, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência do contrato Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD ≥ 1,25.

NOTA 12 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

Em 01.01.2019, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2), conforme mencionado na Nota 3 – Sumário das principais práticas contábeis. Em sua análise, a Companhia identificou os contratos de arrendamentos dos terrenos nos quais estão instalados os parques eólicos, cujas vigências são até 2063.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso está apresentada a seguir:

	Consolidado
Adoção inicial	39.710
Depreciação	(886)
Saldo em 31.12.2019	**38.824**

Do saldo da adoção inicial do passivo circulante e não circulante de R$ 3.465 e R$ 17.623 foram acrescidos os valores de R$ 305 e R$ 18.317, correspondente ao saldo de adiantamento a fornecedor de 31.12.2018. Desta forma, o montante reconhecido no ativo em decorrência da adoção inicial foi de R$ 39.710.

b) Arrendamentos a pagar

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Adoção inicial	3.465	17.623	21.088
Juros	3.905	-	3.905
Transferências	55	(55)	-
Amortizações	(3.645)	-	(3.645)
Saldos em 31.12.2019	**3.780**	**17.568**	**21.348**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2019
2021	22
2022	33
2023	33
2024	33
2025 a 2029	242
2030 a 2034	396
2035 em diante	16.809
Arrendamentos a pagar	**17.568**

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31.12.2019, a Companhia reconheceu o montante de R$ 2.558, referente a custos relacionados ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2019, era de R$ 890.240 (R$ 1.225.999 em 31.12.2018), representado por 890.239.996 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 890.239.995 pertencentes à controladora ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. e 1 é detida pela ENGIE Brasil Energia.

Em 2018 e 2019, foram efetuados aumentos de capital que totalizaram R$ 641.798 e R$ 22.740, os quais foram aprovados pelos acionistas da Companhia. Adicionalmente, em 2018 e 2019 ocorreram reduções de capital nos montantes de R$ 100.000 e R$ 358.499, motivadas pela liberação do financiamento do BNDES. As construções das usinas pertencentes as suas controladas vinham sendo financiadas com capital próprio até a liberação dos referidos financiamentos.

b) Reserva legal

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2019, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R$ 37.544 do lucro do exercício de 2019 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia.

d) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

	31.12.2019	31.12.2018
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	43.938	53.590
Prejuízos de exercícios anteriores	-	(2.657)
Reserva legal	(2.195)	(2.547)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**41.743**	**48.386**
Dividendos mínimos obrigatórios (10%)	4.174	4.839
Total dos dividendos anuais	**4.174**	**4.839**

d.1) Mutação dos dividendos

Dividendos mínimos obrigatórios	4.839
Saldo em 31.12.2018	**4.839**
Dividendos mínimos obrigatórios	4.174
Saldo em 31.12.2019	**9.013**

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	119.995	26.961
Distribuidoras	118.025	-
ENGIE Brasil Energia S.A. ("EBE")	23.608	-
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	7.232	52.801
Transações no mercado de curto prazo	2.091	50.007
	270.951	129.769
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(25.062)	(12.003)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**245.889**	**117.766**

As receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas, em 2019, pelo reconhecimento de R$ 8.548, relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", R$ 1.673 no passivo circulante e R$ 6.875 no passivo não circulante.

NOTA 15 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos	**43.938**	**43.938**	**53.639**	**53.639**	**43.938**	**43.938**	**69.497**	**69.497**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(10.985)**	**(3.954)**	**(13.410)**	**(4.828)**	**(10.985)**	**(3.954)**	**(17.374)**	**(6.255)**
Diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial	10.978	3.952	13.386	4.819	-	-	-	-
Depreciação incentivada	-	-	-	-	11.331	4.278	5.948	2.140
Outras	(9)	(7)	(7)	(9)	(362)	(333)	(204)	(162)
	(16)	**(9)**	**(31)**	**(18)**	**(16)**	**(9)**	**(11.630)**	**(4.277)**
Composição dos tributos no resultado								
Corrente	(16)	(9)	(31)	(18)	(16)	(9)	(11.630)	(4.277)
	(16)	**(9)**	**(31)**	**(18)**	**(16)**	**(9)**	**(11.630)**	**(4.277)**

NOTA 16 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, as controladas da Companhia mantêm contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das concessões ou das autorizações das usinas. Em 31.12.2019, os compromissos futuram eram de R$ 481.567 (R$ 472.270 em 31.12.2018).

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até outubro de 2028. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2019, é de R$ 16.885.

NOTA 17 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. O Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos às usinas, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R$ 1.729.318 e R$ 439.892, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2020.

NOTA 18 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta EBE, vigente a partir de 01.01.2018, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

a) Venda e compra de energia entre partes relacionadas

	Contas a receber	Fornecedores de energia	Receita operacional líquida	Compra de energia
31.12.2019				
ECV	12.067	-	108.894	-
EBE	-	-	21.424	2.694
EBC	946	455	6.564	412
Total	**13.013**	**455**	**136.882**	**3.106**
31.12.2018				
ECV	11.875	-	24.467	-
EBC	26.602	-	47.917	-
Total	**38.477**	**-**	**72.384**	**-**

Os contratos de longo prazo firmados entre as partes relacionadas estão apresentados no quadro abaixo, e foram firmados em condições de mercado, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos.

Vendedor	Comprador	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso futuro Base 31.12.2019
Conjunto Eólico Campo Largo	EBV	2036	IPCA	Janeiro	2.035.918
Conjunto Eólico Campo Largo	EBC	2038	IPCA	Dezembro	145.000

Os contratos de longo prazo firmados entre as partes relacionadas estão apresentados no quadro abaixo, e foram firmados em condições de mercado, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos.

NOTA 19 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e elaborou planos de ação para evitar a contaminação da equipe operacional e administrativa. Na data dessas demonstrações contábeis os negócios da Companhia estão autorizados pelos órgãos federativos a continuar operando. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da pandemia e, nesta data, não identificou impactos significativos em seus saldos e suas operações.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2019, da CLWP Brasil Participações S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor-Presidente

Carlos Fernando Bandeira Holme
Diretor Técnico-Operacional

Patricia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Muller
Diretora Administrativa e Financeira

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RS 068193/O-2 T-SC